

A IMPORTÂNCIA DA VENDA DIRETA PARA O PEQUENO AGRICULTOR E SUA INFLUÊNCIA NA ECONOMIA LOCAL - O CASO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ

Eleni da Silva Furioso*

Maria Isabel Farias**

RESUMO

Este artigo trata da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar realizada pelas Entidades Executoras afim de fornecer alimentação saudável e adequada às crianças atendidas pelo PNAE conforme o artigo 14 da Lei N°11947/2009 com o objetivo de trocar alimentos industrializados pelos in natura, que além de serem importante para a saúde do educando é bom para a economia, pois esses alimentos podem ser mais saudáveis e mais baratos para as escolas que compram, além de garantir renda para os pequenos agricultores e contribuir com o fortalecimento da economia local e a permanência das famílias no campo.

Palavras-chave: PNAE. Agricultura familiar. Alimentação escolar

*Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB, e-mail:elenifurioso@yahoo.com

**Educador Orientador, UFPR Litoral.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o nome oficial do programa de merenda escolar do governo Federal. É responsável pela alimentação dos alunos do sistema público de ensino. Foi criado em 1954 e ao longo dos anos vem sofrendo uma série de adaptações. Desde a sua criação até 1993, o programa era executado de forma centralizada, o órgão gerenciador planejava o cardápio, adquiria os gêneros alimentícios tais como: embutidos, enlatados com conservantes, biscoitos recheados entre outros e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos. A descentralização dos recursos para a execução do programa se dá em 1994, com a Lei nº8913. Nela está prevista que a transferência de recursos será feita mediante celebração de convênios com os municípios, estados e Distrito Federal.

Em 1998 a descentralização foi consolidada sob o gerenciamento do FNDE, por meio da Medida Provisória nº1784/98, que instituiu a transferência automática dos repasses a todos os municípios e secretarias de Educação, sem a necessidade de celebração de convênios ou qualquer outro instrumento similar. Com as mudanças, os estados e municípios passaram a ter uma função mais ativa e mais participativa.

Em 2001, o PNAE passa por novos avanços. A Medida Provisória nº2178 obriga que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando desenvolvimento local, suprimindo no mínimo 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos do sistema público de ensino, contribuindo para uma melhor aprendizagem e favorecendo a formação de bons hábitos alimentares em crianças e adolescentes.

REVISÃO TEÓRICA

Tendo em vista todo enfoque relacionado com a merenda escolar e procurando esclarecer possíveis problemas gerados pela má alimentação, este trabalho tem por objetivo conhecer e identificar de onde vêm as frutas, verduras e legumes fornecidos aos alunos através da merenda escolar do Município de Goioerê, através da Compra Direta, e se esse programa fez a diferença na vida desses pequenos agricultores.

METODOLOGIA

Goioerê tem em sua economia a predominância da agricultura, como tantos municípios do interior do Paraná, característica essa que já lhe deu o título de maior produtor de Hortelã e Algodão, cultura estas que hoje em dia estão sendo substituídas por cultivos mais rentáveis e atuais como: Soja, Milho, Trigo e Mandioca. O cultivo de Cana-de-Açúcar também tem sua parcela no desenvolvimento econômico do município, com a presença da Usina de Açúcar e Álcool Goioerê.

A presença de grandes cooperativas aumenta ainda mais a relevância do setor agrícola regional: *COAMO* (Cooperativa Agroindustrial) *COPACOL* (Cooperativa Agroindustrial Consolata) *C. Vale* (Cooperativa Agroindustrial) *INTEGRADA* (Cooperativa Agroindustrial). O município conta também com dez comunidades de pequenos agricultores, num total de 383 famílias que vivem da agricultura familiar. A comercialização dos produtos é feita na Feira do Produtor, que ocorre duas vezes por semana e no comércio local. Mas agora este grupo acaba de ganhar um expressivo aliado. Trata-se da Lei N°11947, sancionada em junho determinando que no mínimo 30% da merenda escolar seja comprada diretamente de agricultores familiares, sem licitação, através do Compra Direta. Os recursos são do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento

da Educação), que por sua vez abrange todas as escolas públicas e filantrópicas do país, da educação infantil ao ensino de jovens e adultos.

Antes da Lei N°11947, o PNAE(Programa Nacional de Alimentação Escolar), atingia apenas a educação infantil e o ensino fundamental. Com a medida, cerca de R\$ 600 milhões por ano reforçarão a agricultura familiar em todo o país. O PNAE é gerenciado pelo FNDE, e de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos da educação básica (creches, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e EJA) da rede pública durante o ano letivo. São atendidos alunos de escolas e creches indígenas e de áreas remanescentes de Quilombos, em situações especiais, e a alunos de Entidades Filantrópicas. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado.

Este programa tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Trazer a responsabilidade do PNAE para o âmbito local trouxe uma série de ganhos para os beneficiários da política pública. O fator que merece maior destaque é a possibilidade de adequar o programa de merenda à realidade local, respeitando aspectos culturais como o hábito alimentar da região. Consumir alimentos próprios da região implica naturalmente na compra de gêneros produzidos no local. Desta forma o PNAE se apresenta como um importante catalisador do desenvolvimento local em muitos municípios brasileiros, os quais têm desenvolvido políticas públicas de incentivo e apoio ao agricultor familiar a fim de qualificar pequenos produtores para o fornecimento de produtos para a alimentação escolar. Dessa forma, o recurso destinado à merenda escolar permanece no próprio local, estimulando a economia.

No Município de Goioere os agricultores são contratados através de Chamada Pública que ocorre trimestralmente com a dispensa de licitação. Os produtos são fornecidos seguindo o cardápio desenvolvido pelo núcleo de alimentação

escolar coordenado pela nutricionista Juliana Araujo Ferreira, de acordo com as necessidades nutricionais dos estudantes. Os alimentos são entregues diretamente nas escolas uma vez por semana, com qualidade e com a aprovação dos responsáveis pela merenda de cada unidade escolar. De acordo com a Secretaria de Educação Fátima Neves, para o produtor fazer parte do programa é preciso cumprir alguns requisitos, tais como: possuir DAP, CAD, PRÒ (comprovante de inscrição cadastral), e estar em dia com o INSS. Atualmente oito agricultores estão cadastrados, porém segundo a diretora da merenda escolar municipal, Eliane Marangoni, outros produtores já estão se organizando para aumentar a produção e poder ampliar a quantidade de produtos à merenda escolar que hoje adquire diretamente dos produtores alho, cebola, beterraba, feijão, mandioca, milho verde, couve, cenoura, abobrinha, chuchu, ovos, cheiro verde, alface, banana, laranja, mexerica, brócolis, couve-flor, doce e pão caseiro.

A compra direta da merenda escolar possibilita para o pequeno agricultor ter mais uma fonte de renda, possibilitando o comércio de até 9.000/ano sem a intervenção de atravessadores. Isto só acontece porque desde o ano passado, o município vem trabalhando no cumprimento da Lei N°11947/2009, pela qual no mínimo 30% dos recursos destinados a alimentação escolar sejam utilizados na aquisição dos produtos da agricultura familiar. “Queremos ampliar para 23 os tipos de alimentos da agricultura familiar” observou a nutricionista Juliana Araujo Ferreira.

Nesse sentido foram definidas estratégias para motivar os agricultores a se qualificar.entre elas está o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goioere, o sindicato esta filiado à FETAEP, e tem como objetivo de capacitar o homem do campo para que ele melhore o resultado do seu trabalho e com isso aumente sua renda e a sua condição social. Atualmente está em andamento um projeto chamado Economia Familiar, este projeto tem por objetivo qualificar os pequenos agricultores para atender a merenda escolar através da venda direta feita pelos pequenos agricultores, com a finalidade de melhorar a economia e manter as famílias no campo. Outra medida foi oferecer um seminário que foi realizado na Câmara Municipal e organizado pela prefeitura de Goioere e

Emater com o apoio da Câmara de vereadores, cooperativas: Integrada, Coagel e Copacol, Banco do Brasil, Sicred e Seab. O seminário contou com diversas palestras: A oportunidade de negócios com frutas que foi ministrado pelo engenheiro agrônomo Élcio Rampazzo da Emater de Londrina. Ainda no seminário aconteceram as palestras sobre Manejo Agrosilvopastoril, com o agrônomo João Batista Barb da Emater de Tapejara e finalizando o agrônomo Anízio Menarim Filho, da Emater de Cianorte que falou sobre Cultivos Florestais. De acordo com o secretário de agricultura Elder Alves, o evento teve o objetivo de discutir alternativas para geração de renda nas pequenas propriedades rurais, temos que buscar alternativas, apontar saídas e promover a diversificação, pois de acordo com a legislação, cada agricultor pode fornecer até R\$9mil ao ano em produtos para a alimentação escolar. “ Esta é mais uma oportunidade de mercado que nossos pequenos agricultores tem ” diz Elder. Mas o secretário reconhece que para aproveitá-la, os agricultores precisam vencer algumas dificuldades como escalonamento da produção e transporte dos produtos dentro dos prazos previstos. O município vai orientá-los e assessorá-los nesse sentido, até porque é de interesse nosso que eles venham a aproveitar mais essa possibilidade de comércio para sua produção, observa.

DESENVOLVIMENTO

Para verificar como o compra direta fez a diferença para esses produtores, resolvi fazer uma visita aos moradores da Agrovila da BR180 que participam do programa. Em conversa informal a senhora Clorinda Comin de Alencar me informou que fornecia a sua produção para a feira, mas nem sempre a venda era totalmente certa, agora com o compra direta tenho a garantia de venda completa, comemora a pequena agricultora que fornece hortaliças e cebolinha. Com o aumento na renda familiar, dona Clorinda relatou que já fez algumas melhorias em sua casa e até comprou uma geladeira.

O senhor Francisco Pereira Neto nos conta que a concorrência era grande e o tempo gasto na visita aos estabelecimentos prejudicava o trabalho na horta e mesmo percorrendo mercados, mercearias e participando da Feira do Produtor

não conseguia comercializar toda a produção, os mercados não consumiam tudo, um dia compravam outro não. A decisão do agricultor tinha sido de vender a poucos estabelecimentos e concentrar a comercialização na feira. ``Agora vamos plantar mais porque temos onde vender``, diz ele que ao lado da esposa Rose comemora o fato de não ter mais que contabilizar perdas. Rose explica que alguns produtos são muito perecíveis, a couve-flor, por exemplo, se abrir tem que ser colhida naquela semana, porque na outra perde tudo. Segundo o casal quando isto ocorria o prejuízo era considerável, pois há investimento em esterco, mudas, luz para bombas de água dentre outros. Para nós o programa veio para ajudar, pois temos a garantia de comercialização dos produtos a um preço justo.

Já o senhor Delfino Pereira de Souza que além de pequeno agricultor é o presidente da agrovila e dos feirantes do município, segundo ele o compra direta é uma alternativa, na sua propriedade ele produz: banana, chuchu, brócolis, alface, vagem e couve. Ele me relatou que pretende implantar na agrovila estufas, assim mesmo durante o inverno os produtores poderão continuar fornecendo hortaliças, legumes e cheiro verde, e o excedente fornecer na feira.

A senhora Patrícia Marinete de Souza sustentava a família com a venda de: doces, requeijão e pães caseiros, o dinheiro que ela e o marido conseguiam era pouco para arcar com todas as necessidades familiares. Atualmente Patrícia entrega pães e doce para o programa e com o dinheiro que tem recebido o marido está investindo em vacas leiteiras e melhorando o pasto para aumentar a produção de leite e fornecê-lo para as escolas. É visível a recuperação da auto-estima desses produtores.

Entre os estabelecimentos mantidos pela prefeitura de Goioerê, o programa atende: sete centros de educação infantil, duas ONGS, oito escolas municipais, sendo que destas seis trabalham em dualidade com o estado e duas em turno integral, além da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

A vantagem do programa de acordo com a Diretora da Merenda Escolar, Eliane Marangoni, é que a venda para a merenda se tornou uma renda certa.

Segundo ela é muito importante viabilizar a participação da agricultura familiar, porque essa medida contribui não só para a ampliação da renda desses produtores, mas também melhora ainda mais a qualidade da alimentação oferecida nas escolas. Porém não são apenas os alunos e os agricultores que ganham com a compra direta, com a prestação de contas das notas fiscais do produtor emitidas no ano de 2010 feitos no início de cada ano, a prefeitura realiza o censo do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços). As notas têm vencimento conforme o final da inscrição, vale lembrar que o produtor não tem custo nenhum, já que a confecção das notas AIDFs (Autorização para Impressão das Notas Fiscais) protocolos, impressão e sistema de arquivamento são de responsabilidade da prefeitura. A prestação de conta das notas emitidas no ano anterior é uma forma do produtor rural comprovar a movimentação financeira e serão uma garantia para obtenção da aposentadoria e demais benefícios junto à Previdência Social. Além disso, essas notas vão gerar recursos que voltarão ao meio rural em forma de benefícios, tais como postos de saúde, segurança, estradas rurais, assistência técnica, escolas, etc. O intuito não é outro senão o de assegurar que os benefícios se consolidem e se estendam. Afinal quanto maior o número de produtores prestando conta de suas notas fiscais melhor será o resultado para a economia, o meio ambiente e a sociedade em geral.

Considerações Finais

Todo processo alimentar do indivíduo é importante. Muitos educadores acreditam que bons hábitos alimentares em crianças são mais facilmente influenciáveis nas escolas. É na escola que o aluno terá um acompanhamento diário pelos professores em conjunto com a nutricionista e a diretora da merenda durante toda a sua vida escolar. Os hábitos alimentares adquiridos na infância tendem a se solidificar na vida adulta. Portanto é importante estimular a formação de hábitos saudáveis desde cedo. Pois o consumo inadequado, em excesso e muito freqüente de alimentos industrializados que possuem baixa densidade de nutrientes e elevada densidade energética, com quantidades

excessivas de sódio, açúcares, gorduras e carboidratos refinados, apresentam um elevado valor calórico, o que pode comprometer a saúde nesta fase e na idade adulta. Além disso, os hábitos adquiridos com o aumento do consumo de alimentos industrializados podem gerar uma rejeição e reduzir o consumo de alimentos in natura.

Conclusão

Concluimos com este artigo que o apoio recebido do Governo Federal através do PNAE quanto à alimentação escolar ampliou o seu papel com o passar dos anos. No passado a preocupação era a desnutrição e hoje se discute o papel da escola também como educadora alimentar, desenvolvendo projetos sobre a alimentação saudável e inserindo conceitos sobre os problemas gerados pela alimentação inadequada. Conscientizando-os que a troca de alimentos industrializados pelos in natura é muito importante para a saúde e para a economia, pois esses alimentos podem ser mais saudáveis e mais baratos para as escolas que compram através da compra direta, garantindo renda para os pequenos agricultores melhorando sua qualidade de vida, motivando-os a permanecerem no campo e contribuindo com a economia local.

REFERÊNCIAS

COSTA, Ester de Queirós. et all. **Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento**, Revista de nutrição. Campinas, dez.2001. P. 225-229.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE:** orientação sobre a operacionalização. Brasília, 2003.

HALPEM, Zuleika. **Fórum Nacional sobre Promoção da Alimentação Saudável e Prevenção da Obesidade na Idade Escolar.** Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná – Fundepar. 1997.

<http://www.webartigos.com/articles/53133/1/A-importancia-da-Lei-119472009-para-a-Merenda-Escolar-e-Agricultura-Familiar/pagina1.html#ixzz1I5gm8s53>

<http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/>

<http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-apresentacao>

<HTTP://www.cipead.ufpr.br/>

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico:** Procedimentos básicos, pesquisas bibliográfica, projetos e relatório, publicação e trabalhos científicos. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

PÁDUA, Elizabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa:** Abordagem teórico-prática. 10ª ed.rev. e atual. Campinas: Papyrus, 2004.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Hora da merenda.** Revista TV escola. Brasília, maio/junho 2002. p. 30 – 31.

SILVA, Mary Aparecida Ferreira da. **Métodos e técnica de pesquisa.** 2ª ed. Curitiba: Ibpex, 2005.

TORRES, Patrícia Lupion, [org.] **Alguns fios para entretecer o pensar e o agir.** SENAR-PR. Curitiba, 2007. 704p.